

ANDRÉ GUSTAVO

Os riscos da negociação

O Ministro Dilson Funaro, da Fazenda, acompanhado pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, estão em Seul, na Coréia do Sul, tentando estabelecer, naquele cenário de guerra fria, o desenho do confronto entre o mais endividado país do mundo e seu colegiado de credores. Trata-se de uma disputa difícil já por ocorrer na Coréia, onde o expansionismo norte-americano colocou seu guante no início da década de cinquenta. É difícil porque do sucesso ou fracasso vai depender o futuro da economia brasileira.

Segundo os relatos das agências internacionais, aqueles dois personagens trabalham no sentido de evitar que o Brasil novamente se comprometa com uma recessão e através dela consiga continuar honrando os seus compromissos com a comunidade financeira internacional. Há uma série de detalhes nesta intrincada negociação, mas o principal deles está contido no conceito enunciado pelo presidente Sarney em seu discurso na Assembléia das Nações Unidas — o fundamental é manter o crescimento econômico interno.

Essa visão do problema, evidentemente, não agrada aos banqueiros internacionais. Esses Senhores provecos, donos do dinheiro do mundo e juizes das taxas de juros, não estão acostumados a lidar com a heterodoxia latino-americana. Foi fácil, no passado, brincar de renegociar as cartas de intenção assinadas pelo governo que acabou porque entre uma e outra negociação havia uma boa fatia de comissões a serem pagas. Agora, que não há negociação alguma, não há também comissão alguma. Há isto sim, muito a discutir e pontos de vista a serem acertados. Por essa razão, os brasileiros entendiam, ontem, que os banqueiros começaram a ficar nervosos.

Toda essa batalha de Seul vai acontecendo à revelia dos políticos brasileiros. Talvez seja essa a faceta mais peculiar da heterodoxia nacional. Sem que haja um bom acordo entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional — e nada indica que isto vá acontecer a curto prazo — as relações dentro da sociedade vão se tornar mais tensas. Há um risco implícito de retaliações dos países desenvolvidos contra a periferia.

O alheamento dos políticos é tanto mais notável quanto inexplicável. O resultado dos entendimentos entre o Brasil e a comunidade financeira internacional será o ponto básico sobre o qual vai se basear toda a operação política dos próximos anos. No caso de uma recessão, o PMDB será diretamente atingido. No caso de um rompimento com os banqueiros internacionais e a conseqüente escassez de matérias-primas essenciais — como, por exemplo, o petróleo — a conseqüência político-partidária será inevitável.

Não há dúvida de que a discussão iniciada em Seul tem uma dimensão muito além dos noticiários e muito distante daquela rósea imagem — da Velha República — de que os ministros iam ao exterior para recolher louros pelo sucesso de uma negociação muito bem feita. Agora, há pouco para ser comemorado — porque está em jogo o futuro do País autônomo, independente, ou não. O peso dos entendimentos mantidos por Funaro e Bracher na Coréia é substancialmente diferente daquele medido quando ministros viajam até alguma capital européia conseguindo créditos para iniciar obras de vulto dentro do País.

O sucesso ou o fracasso da missão Funaro será a medida da possibilidade de administrar politicamente o País. Um Brasil vivendo sob o regime de moratória será ou seria substancialmente diferente do Brasil de hoje.

Os parlamentares, que ainda não se entenderam sobre Constituinte, nem reforma tributária, podem estar legislando para um País que não existe mais na forma como hoje se apresenta. Peculiar, também, que haja no País o entendimento de que o Brasil vai impor suas condições: se tudo correr bem, os negociadores brasileiros poderão encontrar um cenário favorável para propor algumas inovações e iniciar um procedimento menos ortodoxo. É difícil sair deste imbroglío sem escoriações.

Severo Gomes

O Senador Severo Gomes (PMDB-SP) sobe hoje à tribuna do Senado Federal para rebater as críticas feitas pelo Senador Roberto Campos (PDS-MT) ao governo Sarney. Será um discurso destinado a revelar o pensamento econômico do presidente.